



ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DO PROGRAMA CERRADO SUSTENTÁVEL - CONACER

DATA: 05 de abril de 2006, às 9h. **LOCAL:** Auditório do CGEN, no Ibama, Brasília-DF.

PARTICIPANTES: Presidente da Mesa: respondeu interinamente o Senhor Mauro Oliveira Pires, representante do Ministério do Meio Ambiente, em substituição ao Senhor Secretário de Biodiversidade e Florestas, João Paulo Ribeiro Capobianco.

Representantes: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Maurício Cortines Laxe (titular); Ministério do Meio Ambiente (MMA), Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues (suplente); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Rogério Pereira Dias (titular); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Luiz Carlos de Miranda Joels (titular); Ministério da Integração Nacional (MI), Agnaldo Moraes da Silva (titular); Ministério da Justiça (MJ), Carlos Hugo Suarez Sampaio (titular); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fani Mamede (titular); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Sérgio Henrique Collaço (titular); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Fabiana de Gois Aquino (titular); Associação de Plantio Direto no Cerrado – APDC, John N. Landers (titular) e Ervanda Timm (suplente); Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, Francisco Carlos da Silva (titular); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Aparecida de Fátima Pianta Frederico Lino (titular) e João César da Mata (suplente); Sociedade Brasileira para o Programa da Ciência-SBPC – área Humanas, Lúcio Flavo Marini Adorno (suplente); Sociedade Brasileira para o Programa da Ciência-SBPC – área Biológicas, Mercedes Maria da Cunha Bustamante (titular) e Leandro Gonçalves Oliveira (suplente); Rede Cerrado de ONGs, Brulino Caetano dos Santos (titular) e Jaqueline Dias (suplente); Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – FBOMS, César Victor do Espírito Santo (titular) e José Oliveira da Silva (suplente).

Convidados: Leonel Graça Generoso Pereira (Gabinete da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente) e Marcos José Melo Neves (Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente).

CONVOCAÇÃO: Ofício-circular nº 014/2006/GABIN/SBF/MMA, assinado pela Chefe de Gabinete interina da Secretaria de Biodiversidade e Florestas-SBF/MMA.

PAUTA: (1) abertura da reunião; (2) o papel da CONACER; (3) proposta de calendário de reuniões para 2006; (4) Proposta de Regimento interno para a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável; (5) apresentação: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste pelo Senhor Agnaldo Silva (MI); (6) Apresentação: Plano Nacional de Recursos Hídricos pelo Senhor Marcos da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA; (7) Encerramento.

INFORMES, DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES: o Senhor Mauro Pires deu início à Primeira Reunião Ordinária da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável, e pediu que os membros se apresentassem. Após, informou que haveria substituições nas indicações dos representantes da Comissão por seus respectivos órgãos de origem. A seguir, passou-se a palavra aos presentes. A Senhora Mercedes Bustamante assinalou que a área econômica deveria ter sido contemplada com lugar na Comissão, por se tratar de tema relevante às discussões da Comissão. O Senhor César Victor disse que vários elementos do Governo faltaram e que isso poderia atrapalhar o andamento dos trabalhos. O Senhor Mauro Pires informou que não seria possível indicar

membros de outras áreas de governo pela falta de previsão no Decreto que criou a Comissão, ressaltando que isso não acarretaria problema no conteúdo das discussões, e que nem mesmo a lacuna do setor que coordena as ações de Governo (por exemplo, Casa Civil) não seria um problema. Mauro Pires ressaltou que a representação do Conselho Nacional da Agricultura deveria ser participante por causa do problema de que a região dos cerrados é área de atividades de agricultura. Foi sugerido pelo Senhor Rogério Dias que se iniciasse a discussão do regimento interno a fim que o mesmo fosse ratificado na próxima reunião. O Senhor Brulino disse que o suplente da vaga na Comissão deveria ser da mesma entidade pela dificuldade, a fim de que a comunicação não fosse prejudicada, pois muitas vezes as convocações são feitas com pouco tempo de antecedência. O Senhor Mauro Pires respondeu que nada impediria que a entidade indicasse de tal forma o suplente, e que o calendário de reuniões do ano de dois mil e seis deveria ser discutido a fim de se programar com antecedência para as reuniões. O Senhor Joels pediu para que se comentasse a pauta da reunião prevista para aquele dia, no que foi realizado pelo Senhor Mauro Pires. A pauta apresentou os seguintes pontos: (a) o papel da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável, (b) explicação do Programa Cerrado Sustentável, (c) proposta de calendário, (d) e de regimento interno. Na parte da tarde seriam apresentadas duas palestras, sendo a primeira pelo Senhor Agnaldo, do Ministério da Integração Nacional, e a outra da Secretaria de Recursos Hídricos, abordando o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que fora recentemente aprovado e cujo assunto converge para a agenda da Comissão. O Senhor César Victor pediu que a partir de então tudo fosse informado por meio eletrônico (e-mail), a fim de informar os suplentes ou aos que não compareceram sobre o que ficou decidido na reunião, bem como o conteúdo da ata da reunião. A Senhora Laura Viana informou que seria criado um grupo virtual de discussão, em que os membros seriam informados de tudo o que ficasse decidido e que também seria um meio para que os membros pudessem comunicar uns com os outros. O Senhor Mauro Pires sugeriu que outros assuntos também poderiam ser apresentados nas próximas reuniões da Comissão, tais como agricultura orgânica pelo Senhor Rogério Dias, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; planejamento para criação de unidades de conservação no cerrado. Para que tais apresentações possam ocorrer, seria necessário que os órgãos do governo e as entidades trouxessem algo útil para as discussões. O Senhor Mauro Pires comentou sobre as atribuições da Conacer, as quais seriam de acompanhar e implementar o Programa Cerrado Sustentável, e ressaltou que o inciso III do artigo 3º do Decreto 5577, de 08 de novembro de 2005 é um ponto extremamente importante. O Senhor Mauro Pires passou à apresentação do Programa Cerrado Sustentável em power point. O Senhor Leonel fez um comentário acerca do bioma cerrado, que diferentemente de outros biomas, o cerrado, por causa da sazonalidade, apresenta dois terços de sua biomassa no subsolo, o que dificulta a sua regeneração; que já existe tecnologia que permite aumento na produção sem necessidade de desmatar nem mais um metro quadrado sequer. O Senhor Rogério perguntou em qual componente se encontrava a questão urbana. O Senhor Mauro Pires respondeu que ela aparece como tema transversal, a despeito de atingir setenta por cento da população que vive nos cerrados. O Senhor Leandro perguntou se os componentes do Programa Cerrado são norteadores, pois a questão urbana é extremamente importante e não se poderia negligenciá-la. O Senhor Maurício Laxe observou que não se deveria confundir o objetivo da Comissão, pois existem outros locais em que tais componentes são tratados, que as matérias poderiam ser tratadas de modo transversal para que não se perdesse o foco, a objetividade, que é a conservação do bioma cerrado. O Senhor Agnaldo lembrou que planos setoriais contemplariam as variáveis acerca da conservação do bioma. O Senhor Leandro sugeriu que se deveria garantir ações descentralizadas da gestão ambiental no cerrado. O Senhor Joels ressaltou que não seria possível abordar todas as questões, e

que deveria se saber quais os limites dos objetivos, que apesar de claros não têm limites bem definidos. O Senhor Leonel disse achar essencial, e que políticas de conservação e uso sustentável não poderia se furtar a constatar todos os aspectos do bioma, vez que outros programas fazem isso; que o importante seria estabelecer agenda de interface entre os Ministérios e Programas; que para tal a Comissão deveria avaliar quais seriam priorizados para que houvesse a interface desejada. O Senhor Rogério ressaltou alguns aspectos de interface da demanda, citou como exemplo que só há silvicultura porque há uma demanda de papel, que seria uma questão urbana e que leva a investimentos públicos. O Senhor Agnaldo disse que pelas atribuições da Comissão, haveria possibilidades para tais discussões e que a problemática urbana é relevante na questão do bioma; que a Câmara Técnica deveria prever, discutir e contemplar esses aspectos para serem levados ao colegiado. A Senhora Mercedes disse não ver contradição, vez que aspectos poderiam ser discutidos à medida que aparecerem, pois não são temas separados. Dando prosseguimento a sua apresentação, o Senhor Mauro Pires ressaltou que o Ministério da Ciência e Tecnologia seria essencial para o componente seis do Programa, pois não havia um responsável por ele, correndo o risco de desaparecer do Programa; que o Cerrado tem oportunidades econômicas que devem ser incorporadas nas agendas de quem produz, nos parceiros de quem pode gerar tecnologia; que deveriam ser realizadas ações de valorização na imprensa, em escolas, pois o cerrado tem apelo forte no Distrito Federal, lembrando o comentário da Sr^a Ministra do Meio Ambiente por ocasião da solenidade de instalação da Conacer, que disse ser papel da Comissão criar uma campanha de conscientização sobre o cerrado. O Senhor Leonel lembrou que a organização de informações de espécies do bioma já existe, que o portal da Embrapa-Cerrados já obteve mais de 23000 acessos, o que demonstra a carência de informações de forma ordenada; ressaltou também que o Encontro de Agroecologia no Recife resultou em um mapa da sociodiversidade brasileira, que mostra os centros irradiadores de boas práticas que necessitariam de fortalecimento; que se deveria conhecer os centros e saber como apoiar a fim de equiparar a ciência tradicional com a acadêmica. O Senhor Maurício Laxe assinalou que seria preciso detalhar o que a Comissão irá fazer, acertar a agenda, fazer planejamento, e que se deveria retornar à apresentação para mais tarde voltar aos detalhes. A Senhora Aparecida Lino ressaltou a importância de se valorizar o papel da mulher no cerrado, que isso seria um tema transversal. O Senhor Mauro Pires finalizou a apresentação e abriu o espaço para que fossem discutidas as questões levantadas, ressaltando a importância de cada órgão da sociedade para que os trabalhos fossem efetivos, a despeito do que está escrito no Decreto, o fundamental é fazer avançar o Programa Cerrado Sustentável, que é o pano de fundo, e que já é consenso, pois vários setores puderam dele participar e criticar, que o Programa não é fechado, que vários temas também entrariam nele, mas seria o Programa o fundamental para ajudar o Governo a avançar na questão do cerrado. O Senhor John Landers sugeriu que houvesse Câmaras Técnicas para cada um dos componentes e um prazo de seis meses para apresentação de propostas. O Senhor Maurício Laxe afirmou que deveria haver planejamento, que faltaria consolidar o Programa para se implementar políticas públicas, deve-se saber quais as ações prioritárias, para tal tem que haver um fase de planejamento de quais atividades, quais as metas, os parceiros que poderiam ajudar, quais indicadores, qual a agenda; para se ter eficácia deve-se consolidar o programa, para que o cerrado saia do gueto onde se encontra, para que haja mudanças das pessoas, haveria a necessidade de que tudo esteja escrito. O Senhor Rogério lembrou que existem datas que independem da Comissão, em que são tratados assuntos que podem favorecer as propostas (por exemplo, Conama), que poderiam orientar o planejamento das discussões da Comissão. O Senhor César Víctor sugeriu que o carvão pudesse ter uma agenda de prioridades e indicação de como proceder. O Senhor Mauro Pires ressaltou que o mais importante do

que ter os temas com prioridades estanques é ter quem leva a agenda adiante, que de nada adiantaria levantar questões se não houver condições de se avançar pois assim não seria estratégico; para tal, as Câmaras Técnicas teriam papel de tratar de problemas que seriam estratégicos e que necessitariam de debate maior, em que haja, inclusive, participação de pessoas externas à Comissão. O Senhor Leonel sugeriu medida de ordem mais prática, em que fosse realizada uma oficina de três dias, com moderador, a fim de melhor aproveitar o tempo, com realização de eventos paralelos para tocar as agendas, definindo-se melhor quais seriam as agendas prioritárias, quais as que levariam mais tempo e quais as mais estruturantes. O Senhor Hugo questionou o fato de que o Decreto afirma ser o Programa criado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, e que não seria função da Comissão leva-lo adiante, sendo sua função somente a de acompanhar e o de avaliar. O Senhor Mauro Pires respondeu que apesar de a execução técnica do Programa ser da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, a Comissão ajudará em seu respaldo, funcionando como uma espécie de instância que ajude na agenda positiva do Cerrado. O Senhor Hugo pediu que ficasse bem claro o que isso significaria. O Senhor César Victor ressaltou a importância de se priorizar as ações, pois a destruição do cerrado está se dando de forma muito rápida, e que discussões em torno de propostas políticas para reversão desse quadro seria importante, a fim de se equilibrar a questão e que se discutisse com os segmentos da sociedade, uma vez que o avanço da fronteira agrícola é o maior problema, assinalando o que deve ser feito, para que as ações não se tornem medidas paliativas. O Senhor John Landers questionou se o Decreto poderia vir a ser regulamentado a fim de se corrigir o problema que foi levantado sobre se seria competente a Comissão em executar o Programa Cerrado Sustentável, tendo sido respondido pelo Senhor Hugo negativamente, que a Comissão teria somente papel propositivo, que a tarefa de execução ficaria a cargo do Ministério do Meio Ambiente. O Senhor John Landers afirmou que até que a sociedade se conscientizasse as forças econômicas iriam vencer, que dever-se-ia criar forças econômicas por trás, e citou como exemplo que o Imposto Territorial Rural foi criado de forma a punir quem não tinha área plantada (áreas improdutivas). O Senhor Hugo pediu que fossem informadas as datas das próximas reuniões. O Senhor Rogério ressaltou que o mais importante seria a articulação de projetos e atividades, além de proposição de medidas, uma vez que o maior indutor é a questão econômica, para isso ele propõe a criação de Câmaras técnicas imediatamente a fim de tratar de políticas públicas e instrumentos econômicos, momentos em que tais questões seriam definidas e também a criação de oficinas como forma de trabalhar. O Senhor José afirmou que a criação de Câmaras técnicas só seria possível após a aprovação do Regimento Interno, o que poderia ser aprovado no mesmo dia. O Senhor Maurício Laxe afirmou não ser possível de se trabalhar somente sob demanda, por isso seria estratégico a implementação da comissão, para tal deveria estar o Regimento Interno aprovado até a próxima reunião, talvez sendo necessária uma oficina para que isso fosse possível, já com as atividades detalhadas, para se definir as ações prioritárias, e a eleição de três a quatro temas para a agenda de 2006 e a longo prazo também. O importante é avançar nas metas e se tentar fechar o Regimento Interno; após junho poderia haver nova oficina para a complementação do programa. A Senhora Mercedes que apesar do caráter consultivo e deliberativo da comissão, esta também poderia executar, com perspectivas de curto, médio e longo prazo, ressaltando também que o aspecto econômico é muito importante, uma vez que poderia contribuir na valoração da área de cerrado; ressaltou que é importante definir as questões de curto prazo a fim de se saber quais as prioridades que poderão ter sucesso, lembrou que o tema recursos hídricos é muito importante. O Senhor Rogério informou que em maio haveria um fórum educacional agroecológico, em que haveria articulação com a finalidade de se obter propostas de políticas públicas que incorporassem essa visão, e que esse poderia ser o momento de sugerir a divisão por biomas. O Senhor Leonel disse que as propostas são

de caráter diferentes, pois de um lado estariam assuntos econômicos de caráter de urgência mais estruturantes, o que teria mais a ver com as Câmara Técnicas, e de outro lado as forças-tarefa, que seriam estratégicas, relacionadas ao carvão, silvicultura; que deveria ter as duas formas de pensar. O Senhor Mauro Pires concordou com o Senhor Leonel, tendo sido proposto que se utilizasse uma oficina para dali a um mês, a fim de se estabelecer prioridades, e que na ocasião poderia se saber da composição e dos temas das Câmara técnicas. A sugestão seria a de que na próxima reunião ordinária seria aprovado o Regimento Interno. Foi lembrado que as datas de outros colegiados poderiam influenciar na programação das datas da Conacer. O Senhor Mauro Pires encerrou a primeira parte da primeira reunião ordinária, lembrando a todos que retornassem às 14h. O Senhor Mauro Pires deu início aos trabalhos na parte da tarde, em que seria apresentado o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, pelo Senhor Agnaldo, da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional. Após, iniciou-se a segunda apresentação, do Plano Nacional de Recursos Hídricos, pelo Senhor Marcos José Melo Neves, da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Encerrada a apresentação, o Senhor Mauro Pires propôs as seguintes datas para as próximas reuniões ordinárias, que foram colocadas em votação e aprovadas: oficina, dia 04/05; 2ª reunião ordinária, dia 05/05; 3ª reunião ordinária, dia 13/06; 4ª reunião ordinária, dia 08/08; 5ª reunião ordinária, dia 05/09; 6ª reunião ordinária, dia 08/11. Após, o Senhor Mauro Pires informou sobre o projeto GEF Cerrado, o qual não se subordina às deliberações da Comissão. Foi informado de que seria criada uma força tarefa para criação de unidades de conservação no cerrado, cuja meta é a de um milhão de hectares, começando pelo Estado do Piauí (podendo ser RDS ou Resex), ainda esse ano. As conversas já estariam começando junto com a Conservação Internacional, Ibama (CNPT) e MMA, para a criação de três reservas extrativistas, duas no Estado de Goiás, e uma em Rio Pardo de Minas (cujos estudos já estão mais avançados). Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, presidente da reunião, pelos demais presentes.